

THOMAS REID

“DA MEMÓRIA”

(EXTRACTOS)

*Pedro Galvão*¹
(Universidade de Lisboa)

Thomas Reid (1710-1796) é o fundador – e também o filósofo mais perspicaz – da Escola Escocesa do Senso Comum. Como Kant, encontrou em Hume o ímpeto para empreender um ambicioso projecto filosófico. Defendeu que o cepticismo humiano resultava de uma abordagem filosófica fundamentalmente errónea, presente já em Descartes e partilhada por muitos dos maiores filósofos dos séculos XVII e XVIII, como Locke e Berkeley. De acordo com esta abordagem – o “*Way of Ideas*” –, toda a nossa experiência do mundo é mediada por representações mentais. A esta perspectiva Reid contrapõe um realismo do senso comum cientificamente informado.

Reid foi um prodigioso anatomista da mente humana. O essencial do seu pensamento filosófico encontra-se distribuído por três volumes: *An Inquiry Into the Human Mind on the Principles of Common Sense* (1764), que se ocupa sobretudo dos sentidos; *Essays on the Intellectual Powers of Man* (1785), que versa sobre capacidades mentais como a memória, o raciocínio e o gosto; por fim, *Essays on the Active Powers of Man* (1788), que se centra em questões sobre a agência humana. Esta trilogia constitui um verdadeiro sistema epistemológico, cuja influência – a respeito de temas como a percepção, o livre-arbítrio e a natureza da moralidade – se estende à filosofia actual.

O texto que traduzi para este volume é extraído do primeiro conjunto de *Essays*, mais precisamente do ensaio dedicado à memória. É aí que Reid, com a sua prosa caracteristicamente cristalina, discute a questão

¹ pmgalvao@campus.ul.pt

da identidade pessoal. O seu alvo mais explícito é Locke, mas a posição humiana – tão radical que o próprio Hume teve dificuldade em aceitá-la – também é escrutinada. De acordo com Hume, o eu, concebido como uma substância, não passa de uma ilusão – somos apenas agregados de “percepções” – e a nossa identidade ao longo do tempo é puramente fictícia. Na primeira parte da discussão, Reid argumenta contra esta perspectiva.

Segundo a interpretação comum de Locke, que Reid subscreve, é na memória – na obtenção de uma certa continuidade psicológica que inclui a consciência de si – que reside a identidade pessoal. Nenhuma “mesmidade” de substância, seja ela física ou mental, é aquilo que garante a nossa identidade ao longo do tempo. Contra a perspectiva lockiana, Reid argumenta (embora não nestes termos) que esta envolve uma confusão entre epistemologia e metafísica. É sobretudo pela memória, sem dúvida, que cada um de nós tem *conhecimento* da sua própria identidade. Contudo, não é a memória que *constitui* essa mesma identidade. Reid procura mostrar que a posição lockiana tem diversas implicações absurdas. Terá realmente refutado Locke? Em rigor, sim. Os sucessores de Locke nesta matéria, que foram particularmente influentes no último quartel do século passado, reconheceram que a sua perspectiva sobre a identidade pessoal tinha de ser revista – e por isso são conhecidos não como *lockianos*, mas como *neo-lockianos*. Entre eles, vale a pena destacar Derek Parfit, que no seu *Reasons and Persons*, de 1984, procura articular uma posição de inspiração lockiana que faça justiça às objecções de filósofos como Reid.

Fonte: Thomas Reid, *Essays on the Intellectual Powers of Man*, 1785, ed. por Derek Brookes e Knud Haakonssen. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2002.

“DA MEMÓRIA” (extractos)

A convicção que todo o homem tem da sua identidade, até onde a sua memória recua, não precisa da filosofia para ficar mais forte e nenhuma filosofia poderá enfraquecê-la sem produzir primeiro um certo grau de insanidade.

Muito apropriadamente, no entanto, o filósofo pode tomar esta convicção como um fenómeno da natureza humana digno da sua atenção. Se ele conseguir descobrir a sua causa, aumentará o seu conhecimento. Se não conseguir descobri-la, terá de a considerar parte da nossa constituição original, ou um efeito dessa constituição que se produz de um modo que ignoramos.

Podemos observar, antes de mais, que esta convicção é indispensavelmente necessária a todo o exercício da razão. As operações da razão, tanto na acção como na especulação, são constituídas por partes sucessivas. As anteriores são o fundamento das posteriores e, sem a convicção de que as anteriores foram vistas ou efectuadas por mim, não poderia ter nenhuma razão para avançar para as posteriores em qualquer especulação ou em qualquer projecto activo, seja ele qual for.

Não pode haver memória do passado sem a convicção de que existíamos na altura recordada. Podem existir bons argumentos que me convençam de que existi antes da primeira coisa de que consigo recordar-me, mas supor que a minha memória recua a um momento anterior à minha crença e convicção na minha existência é uma contradição.

No momento em que um homem perca esta convicção, como se tivesse bebido água do Lete, as coisas passadas desaparecerão e, à luz da sua crença, ele começará então a existir. Tudo o que tenha sido pensado, dito, feito ou sentido antes desse período poderá pertencer a outra pessoa, mas ele nunca poderá imputar nada disso a si mesmo ou dar um passo subsequente que suponha ser ele quem realizou essas coisas.

Isto torna evidente que temos de ter a convicção na nossa própria identidade e existência contínua logo que somos capazes de pensar ou de fazer alguma coisa a partir do que pensámos, fizemos ou sentimos antes, isto é, logo que somos criaturas razoáveis.

Para que possamos formar uma noção tão distinta quanto formos capazes deste fenómeno da mente humana, é apropriado considerar o que se entende pela identidade em geral, pela nossa própria identidade pessoal, e como somos conduzidos a essa crença e convicção invencível que todo o homem tem da sua própria identidade pessoal, até onde a sua memória recua.

Entendo que a identidade em geral é uma relação entre uma coisa que se sabe existir num dado momento e uma coisa que se sabe ter existido noutro momento. Se perguntarmos se são uma e a mesma coisa, ou duas coisas diferentes, todo o homem de senso comum compreenderá perfeitamente o significado da nossa questão. Disto podemos inferir, com toda a certeza, que todo o homem de senso comum tem uma noção clara e distinta de identidade.

Se me pedirem uma definição de identidade, confesso que não conseguirei dá-la. A noção é demasiado simples para admitir uma definição lógica. Posso dizer que é uma relação, mas não consigo encontrar palavras para exprimir a diferença específica entre esta e outras relações, embora não corra qualquer risco de a confundir com outra. Posso dizer que a diversidade é uma relação contrária, e que a semelhança e a dissemelhança são outro par de relações contrárias, que todo o homem, na sua concepção, distingue facilmente da identidade e da diversidade.

Vejo evidentemente que a identidade pressupõe uma continuação ininterrupta da existência. Aquilo que deixou de existir não pode ser o mesmo que aquilo que depois começou a existir, pois nesse caso um ser teria começado a existir depois de ter deixado de existir, e teria existido antes de ter sido gerado, coisas que são contradições manifestas. A identidade, portanto, implica necessariamente uma existência contínua e ininterrupta.

Disto podemos inferir que a identidade, no seu sentido próprio, não é aplicável às nossas dores, aos nossos prazeres, aos nossos pensamentos ou a qualquer operação da nossa mente. A dor que sinto hoje não é a mesma dor individual que senti ontem, ainda que estas dores possam ser semelhantes no seu género e grau, além de terem a mesma causa. Pode dizer-se o mesmo de todas as sensações e de todas as operações mentais: à semelhança do próprio tempo, no qual dois momentos não podem ser o mesmo momento, todas elas são sucessivas na sua natureza.

Verifica-se o contrário nas partes absolutas do espaço. Elas são, foram e serão sempre as mesmas. Até aqui, parece-me, avançamos em território claro na fixação da noção de identidade em geral.

Talvez seja mais difícil determinar com precisão o que significa a personalidade, mas não é necessário fazê-lo na presente discussão. Para o nosso propósito, basta observar que todos os seres humanos situam a sua personalidade em algo indivisível ou que não consiste em partes. Uma parte de uma pessoa é um absurdo manifesto.

Quando um homem perde a sua riqueza, a sua saúde, a sua força, não deixa de ser a mesma pessoa e nada perdeu da sua personalidade. Se lhe cortam uma perna ou um braço, continua a ser a pessoa que era antes. O membro amputado não é uma parte da sua pessoa. Se fosse, teria

direito a uma parte da sua riqueza, estaria sujeito a uma parte dos seus compromissos, caber-lhe-ia uma parcela do seu mérito e demérito, o que é manifestamente absurdo. Uma pessoa é algo indivisível – é aquilo a que LEIBNIZ chama uma *mónada*.

A minha identidade pessoal, portanto, implica a existência contínua dessa coisa indivisível a que chamo eu mesmo. Seja este eu o que for, é algo que pensa, delibera, resolve, age e sente. Eu não sou pensamento, eu não sou acção, eu não sou sentimento. Eu sou algo que pensa, age e sente. Os meus pensamentos, acções e sentimentos mudam a cada momento. Têm uma existência que não é contínua, mas sucessiva. Mas a existência do *eu* a que estes pertencem é permanente e mantém a mesma relação com todos os pensamentos, acções e sentimentos sucessivos que digo serem meus.

Estas são as noções que tenho da minha identidade pessoal. Talvez se possa dizer, no entanto, que tudo isto não passa de fantasia sem realidade. Como sabes, que evidência tens tu para julgar, que existe um eu permanente que reclama para si todos os pensamentos, acções e sentimentos que dizes serem teus?

Respondo que a evidência apropriada que tenho de tudo isto é a recordação. Recordo-me de que há vinte anos conversei com uma certa pessoa, recordo-me de várias coisas que ocorreram nessa conversa. A minha memória atesta não só que isso foi feito, mas também que foi feito por mim, aquele que agora se recorda disso. Se isso foi feito por mim, tenho de ter existido nessa altura e continuado a existir até ao presente. Se a pessoa idêntica que digo ser eu mesmo não participou nessa conversa, então a minha memória é falaciosa, dá-me um testemunho distinto e positivo daquilo que não é verdade. Todo o homem, no seu juízo perfeito, acredita naquilo de que se recorda distintamente e tudo aquilo de que se recorda convence-o de que existia no momento recordado.

Embora a memória ofereça a evidência mais irresistível de eu ser a mesma pessoa que fez uma determinada coisa, num determinado momento, posso ter boa evidência de coisas que me aconteceram e das quais não me recordo: sei quem me deu à luz e me amamentou, mas não me recordo destes acontecimentos.

Podemos observar aqui (embora a observação fosse desnecessária, se alguns grandes filósofos não a tivessem contradito) que não é o facto de recordar uma acção minha que faz de mim a pessoa que a realizou. Esta recordação faz-me saber garantidamente que a realizei, mas poderia tê-la realizado mesmo que não me recordasse de o ter feito. Essa relação comigo, expressa pela afirmação de que a realizei, seria a mesma ainda que não tivesse a menor recordação de a ter realizado. Dizer que o facto de me

recordar de ter feito determinada coisa – ou, como alguns preferem dizer, de estar consciente de a ter feito – faz com que eu a tenha feito parece-me um absurdo tão grande como dizer que a minha crença de que o mundo foi criado faz com que este tenha sido criado.

Quando fazemos juízos sobre a identidade de outras pessoas, temos outros fundamentos e chegamos a uma conclusão a partir de diversas circunstâncias, que por vezes produzem a certeza mais firme e por vezes deixam espaço para dúvidas. A identidade de pessoas ofereceu com frequência matéria para litígio sério nos tribunais. Mas nenhum homem, na posse das suas faculdades, duvidou alguma vez da sua própria identidade, na medida em que tinha uma recordação distinta.

A identidade de uma pessoa é uma identidade perfeita. Sempre que é real não admite graus, e é impossível que uma pessoa seja em parte a mesma e em parte diferente, dado que uma pessoa é uma *mónada* e não é divisível em partes. A evidência da identidade das outras pessoas, sem dúvida, admite todos os graus, desde o que consideramos uma certeza até à mais baixa probabilidade. Mas não deixa de ser verdade que a mesma pessoa é perfeitamente a mesma, e não pode sê-lo apenas em parte ou num certo grau.

Por causa disto, considere primeiro a identidade pessoal, que é perfeita no seu género e constitui a medida natural daquilo que é imperfeito.

Provavelmente, derivamos primeiro a nossa noção de identidade dessa convicção natural que todo o homem, desde o despertar da razão, tem da sua própria identidade e existência contínua. As operações da nossa mente são todas sucessivas e não têm existência contínua. Mas o ser pensante tem uma existência contínua e nós temos a convicção invencível de que permanece o mesmo quando todos os seus pensamentos e operações mudam.

Os nossos juízos sobre a identidade dos objectos dos sentidos parecem-me formar-se, em grande medida, com os mesmos fundamentos que os nossos juízos sobre a identidade das outras pessoas.

Sempre que observamos uma grande semelhança, estamos predispostos a presumir a identidade, se não surgir nenhuma razão para negá-la. Dois objectos muitíssimo parecidos, quando percebidos ao mesmo tempo, não podem ser o mesmo. Todavia, caso se apresentem aos nossos sentidos em momentos diferentes, estamos predispostos a pensar que são o mesmo, simplesmente em virtude da sua semelhança.

(...)

Num longo capítulo sobre identidade e diversidade, o Sr. Locke fez muitas observações engenhosas e correctas – e algumas que considero indefensáveis. Vou ocupar-me apenas da sua perspectiva sobre a nossa identidade pessoal. A sua doutrina sobre este assunto foi censurada pelo bispo Butler num ensaio curto apensado à sua *Analogia*. Concorro perfeitamente com as suas opiniões.

Como observei, a identidade pressupõe a existência continuada do ser da qual se afirma, pelo que só é aplicável a coisas que têm uma existência continuada. Enquanto um ser continua a existir, é o mesmo ser. Mas dois seres que diferem no começo ou no fim da sua existência não podem ser o mesmo. Penso que o Sr. Locke concorda com isto.

Muito correctamente, ele observa que, para sabermos o que se entende por mesma pessoa, temos de considerar o significado da palavra *pessoa*. E define uma pessoa como um ser inteligente, dotado de razão e de consciência, tomando esta última como algo inseparável do pensamento.

Desta definição de pessoa, não pode deixar de se seguir que o ser inteligente, enquanto continua a existir e a ser inteligente, tem de ser a mesma pessoa. A meu ver, é uma contradição manifesta dizer que o ser inteligente é a pessoa, mas que a pessoa deixou de existir enquanto o ser inteligente continua a existir, ou que a pessoa continua a existir enquanto o ser inteligente deixou de existir.

Poderíamos pensar que a definição de pessoa determinaria perfeitamente a natureza da identidade pessoal, ou que nos diria no que esta consiste, ainda que pudesse subsistir a questão de como conhecemos e ficamos certos da nossa identidade pessoal.

No entanto, o Sr. Locke diz-nos que “essa identidade pessoal, isto é, a mesmidade de um ser racional, consiste somente na consciência, e a identidade de uma pessoa chega até onde esta consciência pode recuar a acções ou a pensamentos passados. Por isso, aquilo que tenha a consciência de acções presentes e passadas é a mesma pessoa, às quais estas pertencem”.

Esta doutrina tem algumas consequências estranhas de que o autor estava ciente. Por exemplo, se a mesma consciência puder ser transferida de um ser inteligente para outro – algo que, em seu entender, não podemos mostrar ser impossível –, *então dois ou vinte seres inteligentes poderão ser a mesma pessoa*. E se o ser inteligente pode perder a consciência das acções que realizou, o que seguramente é possível, então ele não é a pessoa que realizou essas acções, pelo que *um ser inteligente poderá ser duas ou vinte pessoas diferentes*, se perder tão frequentemente a consciência das suas acções anteriores.

Há outra consequência desta doutrina que se segue dela com igual necessidade, ainda que o Sr. Locke provavelmente não a tenha visto: *que um homem pode ser, e ao mesmo tempo não ser, a pessoa que realizou uma certa acção*.

Suponha-se que um oficial corajoso, quando era rapaz, foi açoitado na escola por ter roubado num pomar; que tomou um estandarte ao inimigo na sua primeira campanha; e que foi promovido a general numa idade avançada. Suponha-se também – o que temos de admitir como possível – que, quando ele tomou o estandarte, estava consciente de ter sido açoitado na escola; e que, quando foi promovido a general, estava consciente de ter tomado o estandarte, mas tinha perdido absolutamente a consciência do seu açoitamento.

Feitas estas suposições, segue-se da doutrina do Sr. Locke que aquele que foi açoitado na escola é a mesma pessoa que tomou o estandarte, e que aquele que tomou o estandarte é a mesma pessoa que foi promovida a general. Disto segue-se, se há alguma verdade na lógica, que o general é a mesma pessoa que aquele que foi açoitado na escola. Mas a consciência do general não recua ao seu açoitamento. Logo, segundo a doutrina do Sr. Locke, ele não é a pessoa que foi açoitada. Logo, o general é, e ao mesmo tempo não é, a pessoa que foi açoitada na escola.

Deixando as consequências desta doutrina para aqueles que tenham tempo livre para as identificar, podemos fazer várias observações a respeito da própria doutrina.

Em primeiro lugar, o Sr. Locke atribui à consciência a convicção que temos das nossas acções passadas, como se um homem pudesse estar consciente agora do que fez há vinte anos. É impossível entender o que significa isto, a não ser que por consciência se entenda a memória, a única faculdade pela qual temos um conhecimento imediato das nossas acções passadas.

Por vezes, no discurso popular, um homem diz estar consciente de ter feito uma certa coisa, querendo dizer que se recorda nitidamente de a ter feito. No discurso comum, não é preciso traçar rigorosamente a fronteira entre a consciência e a memória. Mostrámos que isto se verifica a respeito da percepção e da memória – e assim, sem qualquer inconveniência, à recordação distinta chama-se por vezes percepção e por vezes consciência.

Contudo, devemos evitar isto na filosofia, pois de outra forma confundiremos os diversos poderes da mente e atribuiremos a um aquilo que pertence realmente a outro. Se um homem puder estar consciente do que fez há vinte anos ou há vinte minutos, então não haverá qualquer uso para a memória, nem deveremos admitir a existência desta faculdade. As faculdades da consciência e da memória distinguem-se sobretudo por

isto: a primeira é um conhecimento imediato do presente; a segunda é um conhecimento imediato do passado.

Devidamente expressa, portanto, a perspectiva do Sr. Locke sobre a identidade pessoal é que esta consiste na recordação distinta, já que, mesmo no sentido popular, a afirmação de que estou consciente de uma acção passada significa apenas que me recordo distintamente de a ter realizado.

Em segundo lugar, podemos observar que, nesta doutrina, não só se confunde a consciência com a memória, como, o que é ainda mais estranho, se confunde a identidade pessoal com a evidência de que dispomos a respeito da nossa identidade pessoal.

É inteiramente verdade que a minha recordação de ter feito uma coisa é a evidência de que disponho para julgar que sou idêntico à pessoa que a fez. E estou disposto a pensar que o Sr. Locke queria dizer isto. Mas a afirmação de que a minha recordação – ou a minha consciência – de ter feito uma coisa me torna a pessoa que a fez é, a meu ver, demasiado absurda para ser levada a sério por qualquer homem que preste atenção ao seu significado: esta consiste em atribuir à memória ou consciência o estranho poder mágico de produzir o seu objecto, ainda que este objecto tenha de ter existido antes da memória ou consciência que o produziu.

A consciência é o testemunho de uma faculdade; a memória é o testemunho de outra faculdade. E dizer que o testemunho é a causa da coisa testemunhada é seguramente absurdo, se alguma coisa o é – e o Sr. Locke não poderia tê-lo dito, se não tivesse confundido o testemunho com a coisa testemunhada.

Quando um cavalo roubado é encontrado e reclamado pelo proprietário, a semelhança é a única evidência que ele pode ter, ou que um juiz ou as testemunhas podem ter, de que esse é o mesmo cavalo que aquele era propriedade sua. Mas não seria ridículo inferir disto que a identidade de um cavalo consiste somente na semelhança? A única evidência que tenho de ser a mesma pessoa que realizou certas acções é recordar-me distintamente de as ter realizado, ou, como diz o Sr. Locke, estar consciente de as ter realizado. Inferir disto que a identidade pessoal consiste na consciência é propor um argumento que, se tivesse alguma força, provaria que a identidade de um cavalo roubado consiste somente na semelhança.

Em terceiro lugar, não é estranho que a identidade ou mesmidade de uma pessoa consiste numa coisa que muda constantemente e que não é a mesma durante dois minutos?

A nossa consciência, a nossa memória e toda a operação da mente não deixam de fluir como a água de um rio ou como o próprio tempo. Tal como este momento não pode ser o momento anterior, a consciência

que tenho neste momento não pode ser a mesma consciência que tive no momento anterior. Só se pode afirmar a identidade de coisas que têm uma existência continuada. A consciência e os pensamentos de todo o género são passageiros e momentâneos e não têm qualquer existência continuada, pelo que, se a identidade pessoal consistisse na consciência, seguir-se-ia seguramente que nenhum homem é a mesma pessoa em quaisquer dois momentos da sua vida. E, como a rectidão e a justiça da recompensa e do castigo se baseiam na identidade pessoal, nenhum homem poderia ser responsável pelas suas acções.

Contudo, ainda que tome isto como uma consequência inevitável da doutrina do Sr. Locke sobre a identidade pessoal, e ainda que algumas pessoas possam ter gostado mais da doutrina por esta razão, estou longe de imputar algo deste género ao Sr. Locke. Ele era um homem demasiado bom para não ter rejeitado a doutrina com repulsa caso tivesse extraído dela esta consequência.

Em quarto lugar, o Sr. Locke, quando fala de identidade pessoal, usa muitas expressões que, para mim, são completamente ininteligíveis, a não ser que suponhamos que ele atribuiu a mesmidade ou identidade que atribuímos a um indivíduo com a identidade que, no discurso comum, é atribuída frequentemente a muitos indivíduos da mesma espécie.

Quando dizemos que a consciência e a memória, a dor e o prazer, são os mesmos em todos os homens, esta mesmidade só pode significar semelhança ou mesmidade de tipo. Que a dor de um homem possa ser a mesma dor individual que a de outro homem não é menos impossível que um homem ser outro homem: do mesmo modo que o dia de ontem não pode ser o dia de hoje, a dor que senti ontem não pode ser a dor sinto hoje; e podemos dizer o mesmo de toda a paixão e de toda a operação da mente. O mesmo tipo ou espécie de operação pode existir em homens diferentes ou no mesmo homem em momentos diferentes, mas é impossível que a mesma operação individual exista em homens diferentes ou no mesmo homem em momentos diferentes.

Por esta razão, quando o Sr. Locke diz “a mesma consciência continua ao longo de uma sucessão de substâncias diferentes”, “repetir a ideia de uma acção passada com a mesma consciência que tivemos dela inicialmente” e “a mesma consciência estende-se a acções passada e vindouras”, para mim estas expressões são ininteligíveis, a não ser que ele se refira não à mesma consciência individual, mas a uma consciência que é semelhante ou do mesmo tipo.

Se a nossa identidade pessoal consiste na consciência, então, dado que esta consciência não pode ser a mesma individualmente em quaisquer dois momentos, e pode ser apenas do mesmo tipo, seguir-se-ia que durante dois momentos somos não a mesma pessoa individual, mas pessoas do mesmo tipo.

Dado que por vezes a nossa consciência deixa de existir, como no sono profundo, a nossa identidade pessoal tem de cessar com ela. O Sr. Locke admite que a mesma coisa não pode ter dois começos de existência, pelo que a nossa identidade se perderia irrecuperavelmente sempre que deixássemos de pensar, nem fosse por um momento.